



# ANPPREV SINPROPREV

## Jornal

ASSOCIAÇÃO  
NACIONAL DOS  
PROCURADORES  
E ADVOGADOS  
PÚBLICOS FEDERAIS

15ª Edição - Janeiro 2026



## Protagonismo feminino marca novo capítulo na história da PGF

### ► COMPROMISSO

Deputado Cleber Verde  
defende aposentados e  
destaca importância da  
PEC 6

Pág. 3

### ► CONGRESSO

Congresso ANPPREV  
& ANAJUR em 2025

Pág. 15

### ► ASSISTÊNCIA

INSS busca reduzir  
judicialização e  
ampliar cidadania,  
afirma Gilberto  
Waller Júnior

Pág. 5

# EXPEDIENTE

## CONSELHO EXECUTIVO

### 2022-2025

**Presidente**  
Maria Santíssima Marques

**Vice-Presidente**  
titular: Rogério Santos Correia  
suplente: Marcílio da Silva

**Diretoria de Administração e Conformidade**  
titular: Lira Maria Lopes Melo  
suplente: Roberto Ricardo Mader Nobre Machado

**Diretoria de Finanças e Patrimônio**  
titular: Aluizio Silva de Lucena  
suplente: Patrícia Helena Bonzanini Martins de Sá

**Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social**  
titular: Amélia Cristina Marques Caracas  
suplente: Renato Paulino de Carvalho Filho

**Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas**  
titular: Ana Dorinda Carballeda Aduara  
suplente: Rodrigo Araújo Ribeiro

**Diretoria de Assuntos Jurídicos**  
titular: Eulina de Sousa Brito Dorneles Berni  
suplente: Carlos Antônio de Araújo

**Diretoria de Planejamento, Projetos e Orçamento**  
titular: Antonio Carlos Barbosa  
suplente: Marisa Cássia Batista de Sá

**Diretoria de Relações Institucionais**  
titular: Eni Terezinha Aragão Duarte  
suplente: Elaine Lustz Portela

**Diretoria de Mobilização e Política de Classe**  
titular: José Eduardo Cruz Dias Lima  
suplente: Rosemary Montenegro Bezerra Marques de Souza

**Diretoria de Eventos e Cultura**  
titular: Maria Dolores Oenning Andrade  
suplente: Maria José Schmall Wolf

**SEDE NACIONAL**  
SAUS Qd 06, Bloco K  
Ed. Belvedere, Grupo IV - Brasília/DF  
CEP 70.070-915  
(61) 3322-0170

[www.anpprev.org.br](http://www.anpprev.org.br)  
[anpprev@anpprev.org.br](mailto:anpprev@anpprev.org.br)

**Jornalismo**  
Alexandra Lucas  
Vanessa Struckl

**Projeto Gráfico e Diagramação**  
Douglas Neris  
Viviane Santos

**Revisão**  
ASCOM ANPPREV

# CARTA AO LEITOR

## Caros associados e associadas,

Esta edição do Jornal da ANPPREV marca mais do que o encerramento de um ano: representa a conclusão de um ciclo institucional construído com trabalho consistente, diálogo permanente e compromisso inegociável com a Advocacia Pública Federal.

Ao longo dessa gestão, a ANPPREV esteve presente onde sempre precisou estar - nos espaços de debate, nas instâncias decisórias, na construção de pontes institucionais e na defesa firme dos direitos de seus associados, em especial dos aposentados e pensionistas. As páginas deste jornal refletem essa atuação múltipla e integrada, que percorre o campo jurídico, político, acadêmico e social.

Foram anos de intensa agenda institucional, de fortalecimento do diálogo com o Congresso Nacional, de atuação qualificada junto ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios, de participação ativa nos debates sobre a litigância contra o Poder Público e de contribuição efetiva para o aprimoramento das políticas públicas. O Congresso da ANPPREV & ANAJUR, os seminários regionais, a retomada e consolidação do Centro de Estudos Jurídicos Celso Barroso Leite, da Revista ANPPREV de Seguridade Social - RASS, e as

iniciativas voltadas à consensualidade e à segurança jurídica traduzem esse esforço coletivo.

Esta edição também registra avanços simbólicos e estruturantes, como o fortalecimento do protagonismo feminino na Advocacia Pública Federal - pauta assumida com convicção pela ANPPREV, por meio do Comitê ANPPREV por Elas, reafirmando o compromisso com uma atuação plural, representativa e alinhada aos valores democráticos.

Encerramos esta gestão com a convicção de que a ANPPREV sai mais fortalecida, mais presente e mais preparada para os desafios que se renovam. Nada disso seria possível sem o engajamento dos associados, o trabalho dedicado da Diretoria, o apoio das representações estaduais e o diálogo respeitoso com as instituições parceiras.

Seguimos confiantes de que o caminho trilhado deixa bases sólidas para o futuro, reafirmando a ANPPREV como a Casa do Procurador Federal - espaço de pertencimento, defesa institucional e construção coletiva.

Desejo a todos uma excelente leitura.

Maria Santíssima Marques  
Presidente da ANPPREV



Deputado Cleber Verde (MDB - MA)

## Deputado Cleber Verde defende aposentados e destaca importância da PEC 6 em entrevista à ANPPREV

*“Fazer justiça aos aposentados é nossa missão é nosso dever.”*

**A**PEC 6, conhecida como PEC Social nº 6/2024, propõe a redução gradativa da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e pensionistas. O deputado federal Cleber Verde (MDB-MA) foi o primeiro subscritor e destaca que a proposta nasceu de uma construção conjunta das instituições representativas, como o Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP) sendo pensada como uma alternativa viável à PEC 555, que está parada há mais de dez anos no plenário da Câmara.

Segundo o parlamentar, a PEC 6 prevê que, a partir dos 66 anos para homens e 63 para mulheres, os aposentados passem a ter uma redução de 10% ao ano no desconto previdenciário até que, aos 75 (homens) e 73 (mulheres), a contribuição seja extinta.

“É uma proposta justa e equilibrada. O dinheiro que permanecerá com o aposentado vai movimentar a economia. Todos saem ganhando”, destacou.

O parlamentar ressaltou, ainda, a importância da mobilização da sociedade e das entidades representativas: “É fundamental que cada aposentado e pensionista procure os parlamentares do seu estado, dialogue com senadores e deputados e manifeste seu apoio. A pressão popular é decisiva para que a PEC avance.”

### DEFESA DA ADVOCACIA PÚBLICA

Cleber Verde também destacou seu apoio à advocacia pública. Ele é autor do Projeto de Lei 3316/2025, que altera o percentual de redução dos honorários advocatícios pagos a procuradores aposentados, garantindo

maior participação desses profissionais em um momento da vida em que mais precisam de recursos.

*“Esse projeto é uma questão de justiça. Não se trata de privilégio, mas de reconhecimento. Os procuradores da União são responsáveis por assegurar recursos bilionários para o Estado brasileiro. É fundamental que seus direitos sejam respeitados, inclusive após a aposentadoria”, afirmou.*

## COMPROMISSO COM OS APOSENTADOS

O deputado fez questão de homenagear

nomes históricos na defesa dos aposentados, como o senador Paulo Paim e o ex-deputado Arnaldo Faria de Sá, reconhecendo também a contribuição do ex-deputado Carlos Mota, autor da PEC 555 e ex-presidente da ANPPREV.

Além disso, Cleber Verde reforçou seu compromisso de seguir defendendo os aposentados, pensionistas e servidores públicos. *“Não há nada mais relevante para a vida social do que a formação do sentimento de justiça, como dizia Rui Barbosa. Fazer justiça aos aposentados é nossa missão é nosso dever”, concluiu.*

**SuperAPP CCHA**

Por meio do SuperApp CCHA, é possível acompanhar repasses, consultar históricos, receber notificações oficiais e acessar comunicados diretos do Conselho em tempo real.

Em breve, novas funcionalidades permitirão solicitar e acompanhar reembolsos diretamente pelo celular.

Precisa de ajuda?  
Para suporte técnico, entre em contato pelo email: [ccha-suporte@cast4it.com](mailto:ccha-suporte@cast4it.com)  
Ou pelo WhatsApp: (11) 3164-7375

GET IT ON  
 Google Play

Download on the  
 App Store

# INSS busca reduzir judicialização e ampliar cidadania, afirma Gilberto Waller Júnior

*“Quando conseguimos superar os problemas e atender bem o cidadão, estamos trazendo cidadania às pessoas historicamente excluídas da nossa sociedade.”*

Grande parte das ações contra o poder público federal envolve a previdência social, com destaque para processos movidos contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O elevado volume de ações evidencia a complexidade do sistema previdenciário.

O INSS acumula mais de 4 milhões de processos, dos quais mais de 500 mil estão suspensos e arquivados provisoriamente, é o que consta nos dados disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 2025. Esses dados incluem processos no âmbito da Justiça Federal, Estadual e do Trabalho. Além disso, de acordo com o estudo publicado pelo CNJ sobre a redução da litigância contra o poder público, os processos litigantes previdenciários representam 59,17%, dentro do âmbito da União, Estados e Municípios.

Para o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, a litigância dentro do INSS incomoda não somente os segurados, mas também o próprio INSS. *“O INSS é o maior órgão litigado dentro do Poder Judiciário. Isso incomoda não apenas o Judiciário e os segurados, mas também o próprio Instituto. A ideia é reconhecer administrativamente aquilo que provavelmente perderíamos judicialmente, internalizando decisões já pacificadas para que o INSS possa conceder, manter ou revisar benefícios sem necessidade de ação judicial”*, explica.



*Gilberto Waller Júnior, presidente do INSS*

## ALTERATIVAS PARA EVITAR JUDICIALIZAÇÃO

O INSS lançou a plataforma *Pacífica* para firmar acordos em processos negados. O serviço está disponível apenas para o salário-maternidade rural, mas o objetivo do INSS é expandir o serviço para outros tipos de benefícios.

Mulheres do campo e de comunidades tradicionais, como trabalhadoras rurais, pescadoras artesanais, indígenas e quilombolas, que tiveram o salário-maternidade negado

pelo INSS podem usar a plataforma para negociar diretamente com o órgão. A Advocacia-Geral da União (AGU) cruza as informações enviadas pelo beneficiário e, a partir do cruzamento de dados, pode propor acordos, que, se aceitos, serão encaminhados ao INSS para pagamento, com prazo de resposta de até 30 dias úteis.

Apesar de ser o órgão mais demandado na Justiça, o INSS também é o maior concedente de benefícios do país. O presidente da autarquia reforça que há diversos mecanismos para que os segurados busquem soluções sem recorrer ao Judiciário. *“Além do atendimento presencial, o INSS oferece recursos administrativos e a possibilidade de recorrer ao Conselho de Recursos. No último mês, lançamos, em parceria com a Procuradoria-Geral Federal (PGF) e a Defensoria Pública da União, a plataforma Pacífica — um projeto-piloto que começou pelo salário-maternidade rural e busca acordos extrajudiciais para acelerar o reconhecimento dos direitos”*, destaca.

## O PAPEL DO CRPS

O Conselho de Recursos da Previdência Social (CRPS) é um órgão colegiado responsável por analisar e julgar recursos das decisões do INSS em processos de interesse dos segurados, exercendo papel fundamental no controle dessas decisões. Quem analisa os processos em 1<sup>a</sup> instância, são as Juntas de Recursos (integrantes do CRPS). Já o julgamento em 2<sup>a</sup> instância é realizado pelas Câmaras de Julgamento.

Além disso, o CRPS também pode analisar questões de contribuições previdenciárias. Quando um segurado tem um benefício

negado ou uma decisão do INSS que considera injusta, ele pode recorrer ao CRPS.

Sobre o papel do Conselho, o presidente Gilberto Waller esclarece: *“Todos os aposentados e pensionistas podem recorrer. As decisões do INSS podem ser revistas pela Junta de Recursos e, em segunda instância, pelo Conselho de Recursos da Previdência Social.”*

Ainda segundo ele, apesar dos grandes desafios que a Previdência Social enfrenta, quando há um bom atendimento ao cidadão, estamos exercendo cidadania para as pessoas excluídas da sociedade. *“A Previdência Social tem uma função maior: manter e garantir cidadania. O INSS é a maior entidade de seguridade social do país e, por isso, seus desafios não são pequenos. Mas, quando conseguimos superar os problemas e atender bem o cidadão, estamos trazendo cidadania às pessoas historicamente excluídas da nossa sociedade”*, conclui.

**Solicite sua  
Identidade Funcional  
da AGU!**



**Exclusiva para  
Advogados Públicos  
Federais Ativos e  
Aposentados.**

**FALE CONOSCO!**

 **(61) 99677-0396**



*Autoridades da Advocacia Pública reunidos no Seminário Regional da ANPPREV em Belo Horizonte - MG*

## Protagonismo feminino marca novo capítulo na história da PGF

**Liderança feminina se consolida em todas as regionais e nas Subprocuradorias-Gerais da PGF.**

**A** Procuradoria-Geral Federal (PGF) vive um momento histórico: todas as seis Procuradorias Regionais Federais da Advocacia-Geral da União (AGU) são, atualmente, lideradas por mulheres. Esse marco consolidou-se em 28 de julho, com a nomeação da procuradora Larissa Suassuna Carvalho Barros para a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, completando o quadro de chefias femininas nas seis regionais da AGU e reafirmando o avanço da representatividade feminina nos mais altos cargos da Advocacia Pública Federal.

A liderança feminina se consolida em todas as regionais e nas Subprocuradorias-Gerais da PGF. No âmbito da PGF, essa conquista se estende também às Subprocuradorias-Gerais, responsáveis pelas áreas finalísticas, das quais três das quatro são, atualmente, ocupadas por mulheres.

*“Hoje temos uma liderança marcadamente feminina nas Subprocuradorias Temáticas e nas seis Procuradorias Regionais Federais. Isso, por si só, já diz muito sobre o momento que estamos vivendo”, destacou Adriana Maia Venturini, Procuradora-Geral Federal.*

Além de Larissa Suassuna, que assumiu a Procuradoria Regional Federal da 5ª Região, compõem o quadro de procuradoras regionais federais: Lucia Penna Franco Ferreira (1ª Região), Luciana Bahia Iorio Ribeiro (2ª Região), Danielle Monteiro Prezia Aniceto (3ª Região), Bianca de Freitas Mazur (4ª Região) e Karina Brandão Rezende Oliveira (6ª Região).

Segundo levantamento da PGF, o protagonismo feminino se manifesta nos cargos de direção central e regionais. As mulheres ocupam a totalidade dos cargos de natureza especial e a maioria absoluta nas

funções de liderança: 75% nas Subsecretarias e Coordenações-Gerais e 70% nas Diretorias e Departamentos. Os dados evidenciam o avanço da representatividade feminina e reforçam o papel das procuradoras na construção de uma Advocacia Pública mais diversa e fortalecida.

Para a ANPPREV, e em especial para o Comitê *ANPPREV por Elas*, é um momento de celebrar com entusiasmo esse marco e reafirmar o compromisso com a valorização das mulheres na Advocacia Pública.

Para a presidente da entidade, Maria Santíssima Marques: “*A conquista de hoje representa mais do que um marco na história da Advocacia Pública, é um símbolo da força, da competência e do compromisso de tantas mulheres que constroem, diariamente, uma instituição mais representativa e plural. A ANPPREV celebra, com orgulho, este passo concreto rumo à igualdade de gênero, certos de que avanços como este inspiram e transformam*”, ressaltou.



*Maria Santíssima Marques, presidente da ANPPREV*

## SEMINÁRIO REGIONAL DA ANPPREV

Em outubro deste ano, a ANPPREV promoveu, em Belo Horizonte, o seu Seminário Regional, que abordou os temas: “*O Papel das Procuradorias e dos Procuradores Federais na Prevenção de Litígios como Contributo para Efetivação das Políticas Públicas*” e “*A Efetiva Participação das Procuradoras Federais no Fortalecimento da Advocacia Pública*”, o evento foi marcado pela presença de várias autoridades da Advocacia Pública Federal.

No segundo dia, a abertura da programação contou com a presença da presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques; da Procuradora-Geral Federal (PGF), Adriana Maia Venturini; das seis Procuradoras Regionais Federais da AGU; da presidente de honra da ANPPREV, Meire Lúcia Gomes Monteiro Mota Coelho; e da Diretora de Comunicação Institucional e Relações Públicas da ANPPREV e Coordenadora do Comitê *ANPPREV por Elas*, Ana Dorinda Carballeda Adsuara.

A Procuradora-Geral Federal, Adriana Maia Venturini, aproveitou para reforçar a importância do encontro para a valorização e o fortalecimento da Advocacia Pública Federal: “*Um daqueles momentos em que a gente se dá conta de que está vivendo uma verdadeira revolução dentro da Procuradoria-Geral Federal e, mais do que isso, fazendo parte ativa dessa transformação*”.

Ela enfatizou também o impacto da iniciativa promovida pela ANPPREV: “*Por tudo isso, quero parabenizar a ANPPREV pelo evento. A temática abordada não poderia ser mais oportuna, pois a evolução da nossa organização passa justamente por esse*

*reconhecimento: da diversidade, da pluralidade e da riqueza das diferentes vozes que compõem a AGU/PGF*”, completou Adriana Venturini.



Adriana Venturini, Procuradora-Geral Federal

## PERSPECTIVAS

A Procuradora Regional Federal da 1<sup>a</sup> Região, Lucia Penna Franco Ferreira, avaliou o encontro como um marco significativo para o debate sobre a representatividade feminina nos cargos de liderança da PGF. Reconhecendo os avanços já conquistados, ela destacou, contudo, que os desafios permanecem. “*As discussões trouxeram à tona as dificuldades práticas que limitam as procuradoras, como a sobrecarga da dupla jornada e a ausência de rede de apoio. A PGF deve, portanto, assumir um compromisso proativo e contínuo na construção de um ambiente de equidade de oportunidades*”, disse.



Lucia Penna Franco Ferreira, Procuradora Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região



Já a Procuradora Regional Federal da 2<sup>a</sup> Região, Luciana Bahia Iorio Ribeiro, agradeceu à ANPPREV pelo convite e pela oportunidade de compartilhar experiências com outras mulheres de forma enriquecedora e única. “*Falas potentes de mulheres incríveis que nos inspiram a continuar trilhando um caminho de dedicação e resultados. Momento especial de escuta e de identificação que muito nos ensinou*”, enfatizou.



Luciana Bahia Iorio Ribeiro, Procuradora Regional Federal da 2<sup>a</sup> Região

À Procuradora Regional Federal da 3<sup>a</sup> Região, Danielle Monteiro Prezia Aniceto, destacou que o Seminário da ANPPREV foi um evento marcante, emocionante e transformador. “*Reverenciar as Procuradoras Federais por sua relevante contribuição à Advocacia Pública, ao lado de mulheres tão inspiradoras, fez com que eu olhasse para minha própria trajetória com ainda mais gratidão. O tema central do evento traduz exatamente o que vivemos naquele dia: reconhecimento, pertencimento e celebração*”, afirmou.



*Danielle Monteiro Prezia Aniceto, Procuradora Regional Federal da 3ª Região*

Bianca de Freitas Mazur, Procuradora Regional Federal da 4ª Região, compartilhou reflexões sobre sua trajetória de vida e os impactos de suas experiências pessoais na carreira profissional. “*Nenhuma conquista é isolada: sempre tivemos, temos e teremos alguém ao nosso lado, a começar pela primeira pessoa que conhecemos ao nascer. Não há dúvida de que, por trás de toda mulher de sucesso, há um exemplo materno de dedicação, confiança, incentivo e amor*”, pontuou.



*Bianca de Freitas Mazur, Procuradora Regional Federal da 4ª Região*

Em um seminário que enfatizou o protagonismo feminino em cargos de liderança, a Procuradora Regional Federal da 5ª Região, Larissa Suassuna, relembrou o início de sua trajetória no serviço público, marcado por desafios e pela necessidade de afirmação em um ambiente

predominantemente masculino. “*Quase todos os fiscais eram homens e eu sentia o tempo todo que precisava me provar. E, aos poucos, fui conquistando o respeito e a confiança deles, mostrando que estava ali por mérito, com o mesmo compromisso e a mesma coragem que qualquer um*”.



*Larissa Suassuna, Procuradora Regional Federal da 5ª Região*

Por fim, a Procuradora Regional Federal da 6ª Região, Karina Brandão, salientou que o encontro promovido pela ANPPREV proporcionou um momento único, em que as participantes puderam expor suas trajetórias pessoais e profissionais. “*Foi lindo assistir a cada uma das falas e ver a potência dessas mulheres que ocupam hoje os cargos mais altos da PGF. Uma honra fazer parte desse time, nesse momento tão significativo*”, concluiu.



*Karina Brandão, Procuradora Regional Federal da 6ª Região*

# João Ernesto Aragonés Vianna relembra desafios e conquistas à frente da Procuradoria-Geral Federal

*“O exercício da advocacia pública constitui, ao mesmo tempo, um privilégio individual pelas possibilidades de realizações e um munus público essencial para a construção de um país mais justo e menos desigual.”*



*João Ernesto Aragonés Vianna, ex-Procurador-Geral Federal*

Criada em julho de 2002 pela Lei nº 10.480/2002, a Procuradoria-Geral Federal completou 23 anos de história. A cada nova gestão, cresceu e se consolidou gradativamente, com entregas significativas para a sociedade brasileira. Os resultados foram fruto de um trabalho dispendioso, sob influência de diversos autores que, juntos, deixaram um legado: tornar a PGF uma instituição indispensável à AGU e ao Estado brasileiro.

Em 2007, João Ernesto Aragonés Vianna assumiu a função de Procurador-Geral Federal. Havia, dentro de si, expectativas e a preocupação em montar uma grande equipe. Logo de início, enfrentou inúmeros desafios, e o principal aprendizado extraído foi que, com determinação e equipe robusta, é possível aprimorar ainda mais o serviço público.

Para compreender seu papel nesse período e em uma tarefa tão importante, entrevistamos o associado da ANPPREV para explanar sobre a sua visão e experiência em uma etapa tão relevante de sua história. Confira abaixo os principais trechos da entrevista:

## **Quais foram as principais contribuições da sua atuação à frente da Procuradoria-Geral Federal?**

Graças à dedicação e esforço de todos e ao apoio incondicional do ministro José Antonio Dias Toffoli e seu gabinete, conseguimos realizações emblemáticas. Destaco a criação, nos primeiros dias da gestão, de três novas coordenações-gerais: pessoal, planejamento e gestão, projetos e assuntos estratégicos. Houve atuação decisiva da Adjuntoria de Consultoria na elaboração de orientações jurídicas para políticas públicas e em matéria disciplinar, além da redefinição da Adjuntoria de Contencioso, que passou a representar 177 das 188 autarquias e fundações no Supremo Tribunal Federal e Tribunais Superiores. Cito também a Coordenação-Geral de Pessoal, que iniciou atividades em maio de 2007, contribuindo para ações de lotação e exercício, estágio probatório, remoção, promoção, cessão, entre outras, com reflexo direto na carreira.

Os concursos de remoção passaram a ser realizados com frequência; o quadro de

Procuradores, pela primeira vez, ficou completo; houve aumento da dotação orçamentária para instalação de unidades em outros estados; modernização do parque tecnológico das unidades locais da PGF; e a Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos criou e disponibilizou a área de “defesas mínimas” no site da PGF, com mais de 400 teses.

Houve ainda a criação da Divisão de Prerrogativas da Carreira e Divulgação Institucional; a Proposição ao Advogado-Geral da União para edição de súmulas administrativas; a profunda reestruturação da área de Cobrança e Recuperação de Crédito; a elaboração do projeto de redução de demandas previdenciárias, com apoio de Ministros de Estado; e a ênfase na centralização do contencioso em todas as unidades da federação.

Por fim, foi enviado ao Congresso Nacional o projeto que criou a estrutura de cargos em todas as unidades da federação [27 cargos de Procurador-Chefe das Procuradorias Federais nos Estados e de Procurador-Regional Federal], anseio antigo e legítimo da carreira, demonstrando que a consolidação da PGF é um caminho sem volta.

#### **O que considera como maior legado da sua atuação à frente da PGF?**

A centralização das unidades de contencioso e a consequente melhora nas estruturas físicas de trabalho, passo fundamental para a criação da identidade da carreira.

#### **Como avalia a importância da PGF na defesa do interesse público e no fortalecimento do papel da Advocacia-Geral da União?**

Não existe política pública sem a participação da PGF, o que demonstra, por si só, a importância da Casa. A AGU tem função essencial e estruturante no Estado Democrático de Direito, e a PGF está umbilicalmente relacionada com essa função.

#### **Em que medida a atuação da PGF contribuiu para dar maior segurança jurídica à execução das políticas públicas?**

O sólido trabalho consultivo e de contencioso são etapas fundamentais para o controle prévio da legalidade das políticas públicas e sua posterior defesa em juízo.

#### **Que mensagem gostaria de deixar para as novas gerações de procuradores federais que hoje dão continuidade a esse trabalho?**

O exercício da advocacia pública constitui, ao mesmo tempo, um privilégio individual pelas possibilidades de realizações e um munus público essencial para a construção de um país mais justo e menos desigual. Que cada um de nós exerça com plenitude as suas atribuições e tenha orgulho dos resultados apresentados.

**ESTAMOS  
online**

*Fique ligado!*



**SIGA A ANPPREV  
NAS REDES SOCIAIS!**

# “À frente do CEJUD, há intelectuais da melhor qualidade”, afirma Álvaro Reinaldo de Souza

Associado da ANPPREV celebra título de Professor Emérito e ressalta relevância do CEJUD para a Advocacia Pública e o meio acadêmico.

A trajetória no âmbito educacional trouxe inúmeros aprendizados para a vida de Álvaro Reinaldo de Souza, associado da ANPPREV e professor concursado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) desde 1980. Ao longo de seu percurso de 43 anos de magistério, ele exerceu também, interinamente, a função de reitor. Aprendeu a lidar com as adversidades, desenvolver resiliência e humildade para aprender constantemente. *“Lidar com jovens é um desafio permanente, pois estamos preparando os futuros líderes para o exercício da cidadania, comprometidos com os direitos fundamentais e a sustentabilidade do nosso meio ambiente”*, destaca.

Ainda nessa trajetória, Álvaro foi professor titular e ex-diretor da Escola de Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (CCJP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), a qual lhe concedeu o título de Professor Emérito. *“Esse título, que equivale ao honoris causa concedido a membro externo da universidade, representa um reconhecimento da comunidade universitária da UNIRIO e muito me orgulha”*, explicou.

Com muita dedicação e amor pela instituição, passou boa parte do tempo na Universidade, onde investiu seus 30 anos.



Álvaro Reinaldo de Souza, professor da Universidade UFSC

*“Minha trajetória de vida é o que melhor deixo como herança para meus filhos”*, ressaltou. Quando recebeu a notícia de recebimento da honraria, sentiu emoção e reconheceu que o processo de concessão envolve diferentes etapas. *“O processo para concessão do título passa por várias instâncias na universidade pública, havendo sempre uma expectativa quanto à decisão final, que é exclusiva da comunidade universitária”*, acrescentou.

Essa conquista no âmbito acadêmico reflete também o seu compromisso com a evolução de discussões jurídicas e políticas que impactem a sociedade. Em sua perspectiva, a retomada do Centro de

Estudos Jurídicos (CEJUD) Celso Barroso Leite, por decisão da presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, representa um esforço para resgatar discussões sobre políticas públicas na área do Direito Público. *“Em especial do Direito Previdenciário, cujos resultados estão surgindo face ao trabalho desenvolvido pela atual coordenação. Nós temos um corpo acadêmico altamente qualificado”*, disse.

Em relação aos conselhos que gostaria de passar aos jovens acadêmicos que desejam seguir a graduação de direito, Álvaro destaca que o primeiro passo é ter disciplina e

valorizar as matérias iniciais do curso. *“Filosofia, antropologia, sociologia e ética, pois elas serão o diferencial para o exercício da profissão”*.

Por fim, Álvaro reforça que a atuação do CEJUD é de extrema importância para a Advocacia Pública e o meio acadêmico. *“A práxis realimenta a teoria, e esta permite a formulação de novas práticas. À frente do CEJUD, há intelectuais da melhor qualidade, de modo que estou certo da enorme contribuição que o Centro possibilitará na integração entre o conhecimento acadêmico e a atividade laboral dos integrantes da AGU”*, ressaltou.

## O CEJUD É MAIS QUE UM CENTRO ACADÊMICO.

É um espaço que impulsiona reflexões, aprimora práticas e fortalece a missão da Advocacia Pública na defesa dos direitos sociais e na construção de políticas públicas eficientes.

**Acesse o site da ANPPREV!**

Fique por dentro das últimas notícias e eventos.

**Seminários, painéis e debates com especialistas de todo o Brasil, discutindo temas de alta relevância:**

- ✓ Direito Previdenciário
- ✓ Seguridade Social
- ✓ Políticas Públicas
- ✓ Direitos Sociais
- ✓ Regulação e Direito Administrativo



Integrantes da mesa de abertura no Congresso ANPPREV e ANAJUR

## Litigância contra o Poder Público foi o tema central do Congresso ANPPREV & ANAJUR em 2025.

A segunda edição do Congresso ANPPREV & ANAJUR, que aconteceu em Brasília entre os dias 26 e 29 de agosto, teve como tema principal a Litigância contra o Poder Público. Essa litigiosidade, entre outros impactos, gera um custo financeiro elevado para o Estado (em precatórios e custas processuais) e dificulta a segurança jurídica e a previsibilidade na aplicação das políticas públicas.

Diversas autoridades compuseram a mesa da solenidade de abertura, que contou com a presença do ex-presidente da República, José Sarney; do Advogado-Geral da União Substituto, Flávio José Roman; e de José Levi Mello do Amaral Júnior, ex-Advogado-Geral da União e atual conselheiro do CADE, que proferiu a Palestra Magna. O presidente da ANAJUR, Jarbas dos Reis, e a presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, completaram a composição da mesa.

*“Quando caminhamos juntos, pensamos melhor e encontramos com mais facilidade os caminhos para superar conflitos e alcançar os objetivos propostos. A união é, sem dúvida, a principal ferramenta que nos proporciona alcançar a vitória dos nossos ideais. É com esse espírito que a ANPPREV e a ANAJUR se unem na realização deste Congresso, que, certamente, trará contribuições valiosas para o fortalecimento da Advocacia Pública”*, Maria Santíssima Marques, ao dar início à programação do evento.

*“Os métodos consensuais de solução de conflitos, como a mediação e a conciliação, não são uma rendição; pelo contrário, são mecanismos sofisticados que nos permitem alcançar soluções mais céleres, eficazes e, sobretudo, duradouras. Por essa razão, considero um tema estratégico que exige de nós não apenas reflexão teórica, mas também compromisso prático com sua incorporação*

*no cotidiano da administração pública*”, completou o presidente da ANAJUR, Jarbas dos Reis.



*Jarbas dos Reis, presidente da ANAJUR*

Em seguida, para concluir, o Advogado-Geral da União Substituto, Flávio José Roman, destacou a relevância do tema e reforçou sua urgência não apenas para a Advocacia Pública, mas também para o exercício diário da atividade jurídica. Ele enfatizou, ainda, que a litigiosidade no Brasil contra o Poder Público é sete vezes maior do que a de países da Europa. Diante desse cenário, também falou que a Advocacia Pública desempenha um papel fundamental para assegurar a efetividade das políticas públicas, promover a segurança jurídica e trazer mais previsibilidade. “*O Advogado-Geral da União propôs esse pacto pela segurança jurídica. Ele está estruturado em três eixos: redução de litígios, consensualidade e combate à litigância predatória ou abusiva*”, concluiu.



*Flávio José Roman, Advogado-Geral da União substituto*

## HOMENAGEM

Antes do início da Palestra Magna e do encerramento da mesa, as entidades representativas prestaram uma homenagem ao ex-presidente da República, José Sarney, em reconhecimento à sua trajetória como liderança da vida pública nacional. A ANPPREV outorgou a comenda “Arnaldo Faria de Sá”, e a ANAJUR, por sua vez, concedeu a comenda “José Bonifácio de Andrada”. “*Sua trajetória política e intelectual é marcada por uma dedicação incansável ao país, à consolidação das instituições republicanas e ao fortalecimento do serviço público*”, destacou a presidente Maria Santíssima Marques ao entregar a comenda.

Aplaudido pelos presentes, o homenageado agradeceu por estar no evento e pelo prestígio dos convidados. Sarney recordou a contribuição do advogado Saulo Ramos em sua trajetória e relembrou: “*Eu tive esse encargo que o destino me reservou de, naquele minuto, ser o intérprete das manifestações e aspirações gerais do país, pela democracia que devia voltar.*”

Encerrando sua fala, expressou profunda gratidão pela homenagem: “*É com essa memória no coração que entrego minha gratidão nesta noite. Muito obrigado.*”

## PALESTRA MAGNA

A segunda edição do Congresso ANPPREV & ANAJUR seguiu com a exposição ministrada por José Levi, que abriu sua fala levantando reflexões sobre o que caracteriza um órgão de Estado e, a partir disso, instigou o público a pensar sobre o que significa defender a União, servir ao Estado e à Constituição.

Ao longo da explanação, José Levi também mencionou a clássica obra norte-americana de meados do século XX, *Os Dois Corpos do Rei*, de Ernst H. Kantorowicz, relacionando suas ideias à defesa da União, citando o Poder Executivo, especialmente a atuação do presidente da República como chefe de Estado, e a correlação existente com a função do advogado público. “*O advogado público é de Estado e, também, de Governo e de Administração. Ele fala por essa complexidade indissociável que compõe a União e que é plasmada na figura do presidente da República*”, explicou.

José Levi também trouxe reflexões sobre a soberania popular, a preservação da democracia e a complexidade existente na defesa do Estado, Governo e Administração. “*Nós temos que ser os viabilizadores da política pública, ser amigos do Estado, do Governo e da Administração*”, concluiu.



José Levi, ex-Advogado-Geral da União

## CCHA - CONSELHO CURADOR DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O segundo dia de programação do Congresso ANPPREV & ANAJUR, foi aberto pelo painel do Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), que teve a mesa de trabalhos coordenada por Aluizo Silva de Lucena, diretor de Finanças e Patrimônio da ANPPREV e procurador-chefe da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

Ao lado de outros representantes do CCHA, Lucena observou que o momento foi uma oportunidade para contextualizar e repassar dúvidas a serem sanadas, e aproveitou para relembrar as ações da ANPPREV, ressaltando uma série de requerimentos promovidos pela entidade e contemplados, quase que em sua totalidade, pelo CCHA. “*Algumas delas foram objeto de pareceres da própria AGU, acatando expressamente o requerimento da ANPPREV e enviando esse parecer, não somente para o CCHA, mas também para o Tribunal de Contas da União, especialmente, o auxílio-saúde e o auxílio-alimentação*”, afirmou.

Integraram o painel a ex-presidente do CCHA e representante da carreira de Procurador do Banco Central, Júlia Cardoso Rocha Saraiva Teixeira; o atual presidente do CCHA e representante da carreira de Procurador do Banco Central, Júlio César Araújo Monte; o presidente do Conselho Fiscal do CCHA, Raimundo de Almeida Junior; e o representante da carreira de Procurador Federal, Marcelo Alberto Gorski.



Painel do Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA)

## LITÍGIOS PREVIDENCIÁRIOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E JUDICIALIZAÇÃO POLÍTICA

Ainda na sequência das atividades do segundo dia, o próximo painel trouxe como tema o “*Panorama sobre a Litigância contra o Poder Público*” e teve a mesa de trabalhos

coordenada pelo Procurador Federal aposentado e ex-Procurador-Geral do INSS e primeiro Procurador-Geral Federal, José Weber Holanda Alves. Integraram o painel o Subprocurador-Geral Federal da PGF, Igor Lins da Rocha Lourenço, e a Procuradora-Chefe da Procuradoria Nacional Federal de Contencioso Previdenciário da PGF, Kedma Iara Ferreira.

Durante as explanações do painel, apresentou-se o diagnóstico da litigância previdenciária no Brasil e as diretrizes para seu enfrentamento, como a busca pela efetivação de direitos, o combate à eternização de conflitos e à litigância predatória, além do respeito à segurança jurídica. Destacaram-se também iniciativas operacionais voltadas à atuação institucional para otimizar a política pública.

Ao final, foram citadas as principais demandas tratadas no âmbito dos litígios previdenciários e as iniciativas operacionais.



Segundo dia de congresso reforça debates estratégicos

Encerrando a programação do segundo dia, foi apresentado o painel “A Advocacia Pública e a Efetivação das Políticas Sociais”, coordenado pela Diretora de Relações Institucionais da ANPPREV, Eni Terezinha Aragão Duarte. Compuseram a mesa o Consultor Jurídico da Previdência Social, Felipe Cavalcante e Silva, e o Procurador Federal e Coordenador-Geral de Editoração do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV,

Fábio Lucas de Albuquerque Lima. Também foi realizada a palestra “Judicialização Política, um Fenômeno do Nossa Tempo”, conduzida pelo Diretor da Escola Superior da AGU e Procurador da Fazenda Nacional, João Carlos Souto.



Integrantes do painel abordam a efetivação das políticas sociais

## MITIGAÇÃO DE CONFLITOS E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A abertura do terceiro dia, na quinta-feira, trouxe reflexões sobre o tema “O Novo Contencioso Administrativo Consensual: Uma Iniciativa Federal”, mediado pelo presidente da ANAJUR, Jarbas dos Reis, e conduzido pela Consultora Jurídica do Ministério das Mulheres, Kaline Santos Ferreira, que aproveitou para explicar sobre o tema proposto, destacando a fase de litigância presente no contencioso, em que duas partes se encontram em um conflito a ser resolvido. “Em 2007, nós [AGU] fomos pioneiros e protagonistas do modelo mais impactante de consensualidade em matéria de conflitos envolvendo entes públicos, que é a CCAF [Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal]”, relembrou.

Durante a manhã, a programação contemplou uma série de debates centrais para a Advocacia Pública. Ao longo do dia, foi tratado o tema “O Uso dos Precedentes Judiciais na Prevenção de Litígios e na Solução de Conflitos”, seguido dos painéis

“A Mitigação da Litigiosidade no Âmbito dos Entes Federativos”, “A Mitigação da Litigiosidade no Âmbito Municipal: Um Enfoque sobre a Perspectiva da Fazenda Municipal”, além da exposição sobre os métodos alternativos implementados pela Procuradoria de Minas Gerais para a redução de litígios.

## ANIVERSÁRIO DA ANPPREV

Já no período da tarde, a ANPPREV comemorou seus 33 anos na Associação dos Servidores da Câmara dos Deputados (Ascade). O evento reuniu associados(as) que acompanharam as atividades e exposições ao longo da programação do Congresso, marcando mais um momento de integração e celebração da entidade, fundada com a missão de proteger, representar e fortalecer a Advocacia Pública Federal.



Comemoração dos 33 anos da ANPPREV

A participação expressiva dos associados reforçou o compromisso e a união que atuam como alicerces para o fortalecimento da Associação. Para a presidente, Maria Santíssima Marques, a trajetória da ANPPREV reflete um trabalho em equipe marcado pela resistência e pela fé no coletivo, reconhecendo todos que contribuíram para a sua construção. “Hoje, ao olharmos para trás, enxergamos não

apenas marcos jurídicos e institucionais, mas vidas transformadas, direitos defendidos e um legado que pulsa no presente”, enfatizou.

Após a comemoração, ainda no período da tarde, as discussões avançaram com temas amplos como: “Os Desafios da Transformação Digital e a Inteligência Artificial como Ferramentas de Trabalho do Advogado Público” e “Transação Tributária e Recuperação de Créditos”. Aproximando-se do encerramento, o evento contou com uma abordagem dedicada às “Licitações e Contratos no Contexto da Advocacia Pública”, mediado pela Diretora de Comunicação Institucional e Relações Públicas da ANPPREV, Ana Dorinda Carballeda Adsuara, e contou com a participação da Coordenadora-Geral da PFE/INSS, Karla Kristine Correia Ameno, e da Procuradora Federal do CADE, Karla Margarida Martins Santos.

Por fim, o encerramento da programação foi marcado pelos métodos alternativos de solução de conflitos para efetivação de políticas públicas, mediado pelo Diretor do Centro de Estudos Jurídicos da ANPPREV, Sebastião Faustino de Paula, e contou com a participação do Advogado da União e Professor Doutor em Processo Civil, Jefferson Carlos Carús Guedes.

## PGF E MOVIMENTO ASSOCIATIVO

No último dia do Congresso, a programação de encerramento contou com a palestra “O Avanço da Procuradoria-Geral Federal na Resolução de Conflitos”, apresentada pela Procuradora-Geral Federal, Adriana Maia Venturini, que, durante sua apresentação, aproveitou para agradecer pelo trabalho realizado ao longo do tempo pelos antigos servidores que, em conjunto,

tornaram a instituição o que ela é hoje. “Isso se deve ao trabalho dos senhores. É emocionante receber os abraços dos colegas dizendo: você é uma referência para mim. É o contrário, na realidade: vocês são uma referência para a gente; vocês construíram a nossa casa e deram todos os alicerces para que hoje pudéssemos estar tão fortes e tão estruturantes”, destacou.

Logo após foi apresentado o painel: “Panorama do Movimento Associativo”, que sucedeu as participações já registradas da presidente da ANPPREV e do presidente da ANAJUR. O debate contou com a participação dos expositores Allan Ribeiro, Diretor de Assuntos Parlamentares do Sindilegis e Consultor Legislativo; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; e teve mediação da Assessora Legislativa da ANPPREV, Luciana Hoff.

Em sua fala, Luciana aproveitou para reforçar a qualidade técnica dos convidados: “Hoje nós temos quatro palestrantes aqui,

todos extremamente qualificados. Aliás, eu queria fazer um registro, em especial, ao Sindilegis e FONACATE, que têm desenvolvido um papel brilhante na defesa da causa dos servidores públicos”, disse.



Adriana Venturini, Procuradora-Geral Federal

Ao longo das exposições, foram destacados os primeiros passos dados pelas entidades representativas, o propósito do trabalho associativo e sua importância para a defesa das carreiras da Advocacia Pública e a consolidação de um diálogo permanente com o Legislativo, Executivo e Judiciário. “Eu tenho um respeito imenso por toda entidade de classe e por todo aquele que se dispõe a fazer o trabalho de entidade de classe”, afirmou a presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques.



Encerramento contou com a presença da PGF, Adriana Venturini, Procuradora-Geral Federal

# Conheça a herpes-zóster e entenda o poder da atividade física na prevenção da doença

Popularmente conhecida como sobreiro, a herpes-zóster é causada pelo vírus varicela-zóster, o mesmo da catapora, que permanece de forma latente no organismo daqueles que já tiveram a doença. Em caso de queda de imunidade, principalmente após os 50 anos, o vírus pode ser reativado e causar a herpes-zóster. “*O que mais chama a atenção é que o sobreiro geralmente aparece de um só lado do corpo, seguindo o trajeto de um nervo específico, formando uma faixa característica (dermátomo) e a dor é mais intensa*”, explica o médico dermatologista Eduardo H. K. Oliveira.

Antes do surgimento de lesões cutâneas, sintomas neurológicos podem ser manifestados no paciente. Inicialmente, surge dor em queimação, formigamento ou sensibilidade aumentada em alguma área específica do corpo. A dor é descrita como choques elétricos ou queimação intensa e, de um a três dias após os sintomas iniciais, surgem algumas vesículas. “*Pequenas bolhas agrupadas que seguem exatamente o trajeto do nervo afetado. É fundamental buscar atendimento médico logo no início dos sintomas, pois o tratamento antiviral é mais eficaz quando iniciado nas primeiras 72 horas*”, ressalta.

A doença acomete regularmente pessoas acima dos 50 anos e, após os 60 anos, o risco se torna ainda maior devido a um processo natural de imunossenescênci, declínio natural da função do sistema imunológico decorrente do envelhecimento, o que torna o indivíduo mais suscetível à reativação viral.

A imunidade celular, responsável por manter o vírus sob controle, diminui sua eficiência. “*É como se nossa ‘vigilância imunológica’ ficasse menos atenta. Estatisticamente, cerca de 90% dos casos de herpes-zóster ocorrem em pessoas acima de 50 anos e a incidência aumenta progressivamente com a idade*”, destaca Eduardo Oliveira.



*A vacina é um dos meios para combater o vírus da herpes-zóster.*

O estresse crônico também tem um impacto direto no sistema imunológico. Em situações de estresse prolongado, há um aumento na produção de cortisol, que tem efeito imunossupressor, ou seja, as defesas naturais do organismo ficam reduzidas. “*Clinicamente, observamos que muitos casos de herpes-zóster ocorrem após períodos de grande tensão emocional — luto, problemas familiares, sobrecarga profissional. Traumas físicos, cirurgias de grande porte e outras infecções também podem atuar como gatilhos*”, explica Eduardo Oliveira.

Além disso, o uso prolongado de corticosteroides, medicamentos imunossupressores em transplantados e imunossupressão

entram nessa categoria. Essas situações criam uma 'janela de oportunidade' para que o vírus latente se reactive", acrescenta.

A doença tem capacidade de gerar sérias complicações, como a neuralgia pós-herpética, que afeta entre 10% a 20% dos pacientes, caracterizada por dor persistente, mesmo após a cicatrização das lesões. Em alguns casos, a dor é incapacitante, a ponto de um simples toque da roupa na pele provocar intenso desconforto.

E há um impacto na qualidade de vida, repercutindo no desenvolvimento da depressão, de distúrbios do sono e do isolamento social. "Outras complicações incluem o herpes-zóster oftálmico, que pode levar à perda visual, infecções bacterianas secundárias e cicatrizes permanentes. A idade avançada e a intensidade da dor na fase aguda são os principais fatores de risco para desenvolver neuralgia pós-herpética", frisa Eduardo Oliveira.

## Mais saúde e bem-estar

**A** prática regular de atividade física é uma forma de fortalecer o sistema imunológico e controlar o estresse, refletindo no controle dos níveis de cortisol e de outros hormônios de estresse. O movimento do corpo durante os exercícios físicos aumenta a produção de endorfinas, resultando no fortalecimento da imunidade celular, responsável por manter o vírus da varicela-zóster controlado. "Recomenda-se exercícios moderados e regulares, cerca de 150 minutos por semana de atividade aeróbica. Caminhadas, natação, yoga são excelentes opções. O importante é a regularidade, não necessariamente a intensidade", explica Eduardo Oliveira.

O equilíbrio adequado das funções do organismo e da imunidade pode ser alcançado por meio de atividades físicas, contudo tanto o sedentarismo quanto o excesso de exercícios podem ser prejudiciais para a saúde. "Excesso de exercícios também podem causar queda de imunidade. Outro aspecto importante é ter uma alimentação saudável e equilibrada, incluindo consumo de frutas, cereais e

castanhas. Além da alimentação e atividade física, repouso adequado, controle do estresse, exposição à luz solar e boas relações sociais", destaca o médico infectologista, Josias Oliveira Aragão.

A prática de atividades físicas de forma e com intensidade adequada é fundamental na liberação de hormônios e moléculas, como adrenalina, noradrenalina, óxido nítrico, entre outros, que ajudam a regular o fluxo sanguíneo, melhorar a circulação e a capacidade do coração bombear o sangue. "Também há liberação de substâncias como serotonina e endorfinas



que promovem relaxamento e sensação de bem-estar, propiciando melhor qualidade de sono”, acrescenta Aragão.

Para envelhecer com qualidade, a adoção de uma vida saudável se torna imprescindível. Para o médico Josias Aragão, a inclusão o quanto antes da prática regular de atividade física é fundamental e recomenda procurar, se necessário, a ajuda de um educador físico para orientar na prática de exercícios com

moderação e sem excessos, a fim de evitar lesões.

“Vale a pena iniciar o quanto antes. Não precisa esperar a próxima segunda-feira ou o próximo ano novo. Começar com uma atividade que já gosta pode auxiliar na construção do hábito. Comece devagar e vá aumentando aos poucos. Com o tempo, o hábito se tornará motivo de satisfação e bem-estar, além de ajudar num estilo de vida saudável e contribuir para melhor disposição mental e física”, destaca Aragão.



**ANPPREV CARD**  
BENEFÍCIOS QUE VALORIZAM VOCÊ!

**Na palma da sua mão!**

**Descontos exclusivos em educação, farmácias, viagens, bem-estar e muito mais ao seu alcance**

**Baixe agora e aproveite seus benefícios:**

**ANPPREV**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

A CASA DO  
PROCURADOR  
FEDERAL

ANDROID APP ON  
Google Play

Available on the  
App Store

# Surgimento da AGU e consolidação da ANPPREV: Cleci Castro resgata a história da defesa da Advocacia Pública

**Representante relembra o surgimento da AGU na valorização da categoria e a experiência de integrar a ANPPREV**



*Cleci Gomes de Castro, representante da ANPPREV em São Paulo-SP*

**A**ntes da promulgação da Constituição Federal de 1988, havia o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que passou por um processo de unificação, tendo suas funções concentradas em uma única autarquia: o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), onde Cleci Gomes de Castro, representante da ANPPREV no Estado de São Paulo, atuou como procuradora. “*Tinha sido recém-transferida da Capital Federal (Brasília-DF) para atuar na Previdência Social como procuradora autárquica federal*”, explicou.

Por ter residido e trabalhado em Brasília, à época teve a oportunidade de estabelecer contatos com diferentes autoridades, tanto do Executivo quanto do Legislativo, o que facilitou para que fosse convocada pelo chefe da Procuradoria Regional do INSS em São Paulo para fazer parte do Grupo de Trabalho criado para atuar junto às autoridades competentes.

O objetivo era formar um grupo coeso e ativo que conseguisse alcançar a união das carreiras jurídicas, tanto procuradores como advogados públicos federais, com o objetivo de fundar a Advocacia-Geral da União. “À época já idealizada pelo então Consultor Jurídico da Presidência da República, renomado jurista paulista, o saudoso José Saulo Ramos”, ressaltou.

O Grupo de Trabalho permaneceu atuando efetivamente até que, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiu oficialmente a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio do artigo 131, instituída como uma das Funções Essenciais à Justiça. “*Aqueles colegas que participaram conjuntamente dessa vitória foram aconselhados pelos chefes das inúmeras entidades que viriam a compor a AGU, o que nos fez compreender a necessidade de criação de associações representativas dos diversos segmentos das áreas jurídicas*”, destacou.

Com o objetivo de reunir os interesses das diferentes categorias jurídicas da União e resguardá-los diante das demandas que orientavam a organização da AGU, nasceu, em 1992, a ANPPREV. Na ocasião, a atual representante da entidade em São Paulo, Cleci Castro, foi encarregada de elaborar a listagem com os nomes de todos os Procuradores Autárquicos Federais do Estado, a fim de convocá-los para integrar a recém-idealizada associação. *“Foi nesse momento que nasceu o cargo de Representante da ANPPREV em São Paulo”*, explicou.

Concomitante ao progresso na defesa e no resguardo dos direitos da categoria, desenvolveu-se uma luta intensa até que a AGU pudesse crescer e caminhar com autonomia. *“Hoje podemos considerar que a defesa dos Advogados Públicos Federais ocorre não apenas em São Paulo, mas em todo o país, bem como a prerrogativa de sua filiação às seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil em todos os estados”*, ressaltou.

Nesse cenário de avanços, novas pautas passaram a ganhar centralidade no debate associativo, especialmente aquelas ligadas

à valorização da carreira e à unificação das funções no âmbito da AGU.

Segundo Cleci Castro, uma das principais demandas dos associados tem sido a concretização da unificação das quatro carreiras que compõem a AGU: Advogados da União, Procuradores da Fazenda Nacional, Procuradores do Banco Central e Procuradores Federais. *“Cada um dos quatro, com a sua especialidade, possui importância igual na defesa de suas prerrogativas. A nossa ANPPREV é formada, em quase sua totalidade, por Procuradores Autárquicos Federais da Previdência Social, cujo trabalho desenvolvido engloba, em sua maioria, matéria previdenciária”*, destacou.

Para Cleci Castro, desde a sua criação, o papel da ANPPREV tem sido marcado por propósito definido e com uma direção clara. Atualmente, a entidade conta com uma composição robusta de diretores, com capacidade de mobilização e de defesa dos interesses dos associados. *“A ANPPREV atua incansavelmente na busca por melhorias em todas as áreas de interesse da categoria e se mantém como um verdadeiro escudo”*, concluiu.



# INSS apostava em tecnologia e conciliação para reduzir ações judiciais

**C**om uma média de aproximadamente 1,5 milhão de novos requerimentos por mês, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) enfrenta uma intensa corrida para atender todos os seus segurados. A autarquia, responsável por gerir uma das maiores redes de seguridade social da América Latina, lida diariamente com uma enorme demanda por benefícios previdenciários e assistenciais, como aposentadorias, pensões, benefícios por incapacidade e benefícios de prestação continuada (BPC).

Esse elevado volume de solicitações impõe um grande desafio à estrutura operacional do órgão, que precisa equilibrar agilidade e precisão no atendimento, tanto na esfera administrativa quanto no âmbito judicial, a fim de assegurar os direitos dos segurados e manter a credibilidade do sistema previdenciário brasileiro.

## JUDICIALIZAÇÃO EM ALTA: CAUSAS E CAMINHOS PARA A PREVENÇÃO

Para o Procurador-Geral da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS – PFE/INSS, Elvis Gallera Garcia, o elevado volume de ações judiciais na área previdenciária é fruto de três principais fatores: o grande número de requerimentos ao INSS, a facilidade de acesso ao Judiciário – especialmente após a criação dos Juizados Especiais Federais – e a adoção de entendimentos diferentes entre o INSS e o Poder Judiciário. Para ele, buscar outros caminhos é uma alternativa para evitar a judicialização. “*Não é ruim que as pessoas*

*tenham acesso à Justiça. Pelo contrário, isso é uma conquista. Mas precisamos buscar formas de evitar judicializações desnecessárias, alinhando entendimentos e melhorando a concessão administrativa dos benefícios*”, explica.



*Elvis Gallera Garcia, Procurador-Geral da PFE/INSS*

Para isso, uma das ações estratégicas foi a criação da Coordenação de Prevenção de Litígios da PFE/INSS, com foco em identificar causas recorrentes de ações judiciais e desenvolver soluções conjuntas com a Procuradoria-Geral Federal – PGF, o INSS e o Judiciário. A equipe vai atuar dentro da PFE/INSS, órgão da Advocacia-Geral da União (AGU) que representa o Instituto. A estrutura foi criada para identificar falhas, propor soluções e garantir que o segurado receba uma resposta mais eficaz.

Essa coordenação, vai atuar na identificação, correção e prevenção de falhas administrativas que possam resultar em ações judiciais; no fortalecimento do diálogo entre o INSS, a Procuradoria Geral Federal e o Poder Judiciário com a participação de representantes regionais para facilitar a comunicação em cada localidade e na qualificação do processo administrativo previdenciário, com foco na integração entre o trâmite interno do INSS e a defesa judicial.

## PREVJUD: AUTOMAÇÃO A SERVIÇO DO INSS

Fruto de uma parceria entre o INSS, Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a Advocacia-Geral da União, o Prevjud tem se mostrado uma revolução na forma como o Instituto lida com decisões judiciais. O sistema permite a comunicação direta entre o Judiciário e os sistemas do INSS, automatizando o cumprimento de decisões como a concessão de BPC/LOAS e benefícios por incapacidade.

Atualmente, o sistema está operacional

em alguns tribunais e segue em processo de expansão. A ideia é que, em breve, também possa automatizar benefícios como aposentadoria por idade rural, o que traria ainda mais agilidade ao processo judicial.

O Prevjud integra as bases de dados do INSS e do Judiciário e permite o acesso a informações previdenciárias relacionadas ao processo de concessão do benefício como, por exemplo, o Dossiê Médico e o Dossiê Previdenciário. O Prevjud também possibilita o envio automático da ordem judicial em ações previdenciárias. Para o Procurador-geral “*O sistema já está em funcionamento em alguns tribunais, e temos feito visitas institucionais para incentivar sua ampliação*”, explica. As próximas etapas incluem a extensão do modelo para aposentadorias rurais, o que deve ampliar ainda mais os ganhos de produtividade.

Além disso, Elvis fez questão de reforçar a importância dos profissionais que atuam na área previdenciária e ressaltou que estamos em um momento de transição tecnológica acelerada, o que exige atenção, adaptação e participação ativa de todos.



**ALERTA DE GOLPE!**  
Saiba como se proteger.

- 1 DESCONFIE DE CONTATOS INESPERADOS**  
Golpistas costumam agir com urgência e informalidade. Se alguém entrar em contato afirmando liberação de valores ou solicitando pagamentos, pare e verifique.
- 2 NUNCA COMPARTILHE SEUS DADOS PESSOAIS OU BANCÁRIOS**  
Informações como CPF, número de conta ou endereço só devem ser fornecidas pelos canais oficiais da ANPPREV.
- 3 NÃO CLIQUE EM LINKS SUSPEITOS**  
Evite acessar links enviados por desconhecidos, especialmente via WhatsApp ou e-mail.
- 4 NÃO REALIZE DEPÓSITOS OU TRANSFERÊNCIAS**  
A ANPPREV e seus escritórios parceiros não cobram valores antecipados para liberação de processos ou honorários.

# Do serviço público ao sonho de ser “do lar”: um resgate à simplicidade

**Uma oportunidade para acolher familiares, se conectar com a natureza e ajudar o próximo.**



*Rosana Teixeira de Carvalho, associada e procuradora federal aposentada*

**A** dedicação ao lar e o cuidado com a família se tornaram partes integrantes da vida de Rosana Teixeira de Carvalho, associada da ANPPREV e Procuradora Federal aposentada. Com o trabalho dedicado no campo previdenciário, em especial nos processos judiciais e na elaboração de instruções normativas, pôde vivenciar diferentes realidades durante sua atuação no serviço público. “*Aqui estamos para um breve, muito breve tempo, e a passagem do tempo não está no nosso controle. Veremos a felicidade e a profunda tristeza várias vezes*”, destacou.

Ainda em seu período de atuação no serviço público, ela carregou dentro de si um sonho: “ser do lar”. Entretanto, tal aspiração apresentava desafios, como a busca pela

conciliação entre a rotina de trabalho e a exímia tarefa de ser mãe. “*Foi muito difícil conciliar trabalho e a condição de mulher. Conseguir finalizar os anos de trabalho com êxito, com a ajuda de Deus, com toda certeza. Milagres aconteceram ao longo da estrada*”, enfatizou.

O sonho de ser “do lar” permaneceu aceso em Rosana, que, ao longo da vida, não teve a oportunidade de vivenciar essa experiência por ter de sempre trabalhar. Com a aposentadoria, considerou essa fase da vida uma oportunidade para acolher ainda mais os familiares, ter tempo para ouvir, meditar e cuidar integralmente da saúde. Além disso, refere-se a esse novo período como “resgate”. “*Significa recuperar o tempo da falta de tempo. Ter tempo para aprender novas habilidades e tempo de não fazer nada. O nada muitas vezes é tudo*”, declarou.

Para ela, um dos pontos mais importantes em ser “do lar” é ter tempo para ajudar alguém, principalmente em caso de extrema necessidade. “*Saber que vai poder realizar a importante função de acompanhar em algum exame ou em alguma emergência médica é muito gratificante*”, disse.

Também envolve a preocupação com o coletivo e incentiva a participação em atividades que se dedicam ao cuidado com o mundo afora. “*A participação em alguma associação de moradores, ou no Conselho de Segurança, ou mesmo a ação individual*

de observar uma questão da cidade e fazer uma ouvidoria”, destacou.

Em uma época em que a correria e a produtividade são tão valorizadas, para ela o valor está no resgate do tempo para se dedicar às coisas simples, como a conexão com a natureza, cultivar lavandas e até montar um jardim, apreço herdado de seu falecido pai, que era engenheiro agrônomo.

Quanto à mensagem que Rosana deseja transmitir às mulheres, ela destaca que

os sonhos não envelhecem, que é preciso abandonar o medo da aposentadoria e aproveita para citar um trecho do livro de Ana Claudia Quintana Arantes, *Pra vida toda valer a pena viver*, que sintetiza sua perspectiva: “*No entanto, a realidade do envelhecimento está ao nosso lado a cada dia que passa. Talvez fosse mais sábio compreender esse processo, que ocorre independentemente da nossa vontade, participando das decisões em vez de apenas ser uma vítima do tempo*”, finaliza.



## Descontos e ofertas que você não pode perder!



Alimentação



Automotivo



Educação



Financeiro



Eletrônicos



Estética



Viagem



Jurídico



Lazer



Saúde



Pets



Outras Categorias

Acesse: [clubeanasp.com.br](http://clubeanasp.com.br)



A CASA DO  
PROCURADOR  
FEDERAL



# ANPPREV reforça presença nos estados e amplia vínculo com associados em todo o País.

**A**ANPPREV está em todos os estados. Apenas no primeiro semestre de 2025, a entidade percorreu 12 deles. Nessas visitas, a diretoria estreitou laços, ampliou o diálogo, compartilhou informações e discutiu pautas relevantes para a Advocacia Pública.

De acordo com a presidente Maria Santíssima Marques, é essencial ouvir as demandas de todos os associados promovendo a integração. “A ANPPREV segue fortalecendo sua presença institucional em todo o território nacional, ouvindo de perto as demandas da base e promovendo a integração entre associados ativos, aposentados e pensionistas”, afirma.

Um dos propósitos de promover a integração nos estados é garantir uma atenção mais justa. Para a representante Maria das Graças Lagares de Souza Gratz é primordial esse encontro direto com a diretoria. “Acho de suma importância essas ações descentralizadas da diretoria da ANPPREV, fazendo os encontros em todos os estados. Porque assim os associados podem discutir e tratar de assuntos de interesse da Advocacia Pública Federal diretamente com a nossa presidente e diretores, além de ser um momento de confraternização entre os associados”, relata.

## VISITAS PELO BRASIL

### PARANÁ

A primeira visita do ano foi em Curitiba. Representada pelo diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo Silva de Lucena, a ANPPREV realizou uma reunião técnica com os associados. Ao final do evento ocorreu a filiação do procurador regional federal da 4ª Região, Melquizedek Santos Soares da Silva.



### PARAÍBA

Na Paraíba, ANPPREV se reuniu com associados na sede da Procuradoria Federal em João Pessoa. Participaram a presidente Maria Santíssima Marques, o procurador-chefe da Paraíba, Lucas Ramalho de Araújo Leite, o representante da ANPPREV no estado, Mário Lucena, e a diretora de Comunicação da ANPPREV, Ana Dorinda Adsuara, e a Diretora de Relações Institucionais Suplente da ANPPREV, Elaine Lustz Portela.

De acordo com o representante Mario Lucena, a aproximação fica cada vez maior nestes encontros. “Acho muito positivo esses encontros porque promove a aproximação cada vez maior dos associados com a presidente da ANPPREV e sua diretoria”, disse.

## PARÁ

No Pará, a ANPPREV promoveu encontro com associados representada pela presidente Maria Santíssima e a diretora de Comunicação, Ana Dorinda. O momento foi marcado pela troca de experiências.

Ao final, a presidente foi surpreendida com uma homenagem preparada pelos colegas paraenses, em reconhecimento à sua dedicação e liderança.

## PERNAMBUCO

A presidente Maria Santíssima e o diretor financeiro Aluizo Lucena foram recebidos pelo Gilberto Lopes de Albuquerque, representante da Associação.

*“A ANPPREV Nacional é composta de vários núcleos de associados em todos os estados da federação. Cada representação estadual tem peculiaridades em suas respectivas regiões. A descentralização das ações da ANPPREV tem o objetivo de agregar, congregar e até mesmo valorizar os associados com reuniões temáticas e encontros culturais locais, além de levar ao conhecimento dos associados as principais notícias de seus interesses”,* pontuou o representante.

Nesta linha de valorização da cultura local, o representante Gilberto Lopes organizou uma confraternização junina, ocorrida após o encontro formal de Recife, já que Pernambuco, como estado nordestino, tem um dos mais tradicionais “São João” do País.

Com muita alegria e interação, a confraternização teve a presença de dezenas de associados, entre os quais a decana associada em Pernambuco, Gilda Rocha, que abrilhantou a reunião com sua simpatia e felicidade.

## CURITIBA, BELO HORIZONTE E NATAL

As demais visitas da ANPPREV no semestre aos estados foram em Curitiba, Belo Horizonte e Natal. Na capital mineira, a presidente Maria Santíssima liderou encontro e se reuniu com a Procuradora-Regional Federal Karina Brandão da Procuradoria Regional Federal da 6ª Região (PRF6) e com o presidente do Conselho Fiscal da ANPPREV, Adriano Pereira Pinheiro.

Com experiência na Advocacia Pública Federal, o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no estado do Paraná, Danton de Oliveira Gomes, somou-se ao quadro de associados da ANPPREV. O ato de filiação teve a presença da presidente Maria Santíssima, que celebrou a chegada de mais um membro engajado com a Advocacia Pública.

Na capital potiguar, a presidente Maria Santíssima e o diretor de Finanças e Patrimônio, Aluizo Silva de Lucena, se reuniram com associados, ocasião em que tomaram posse os representantes da ANPPREV no estado. Foi designado o associado Luís Freitas para atuar como representante em conjunto com Anna Kathia Helinska.

## GESTO DE CARINHO

A ANPPREV esteve no Espírito Santo e durante a visita, a presidente Maria Santíssima Marques reforçou o compromisso da entidade com o diálogo direto com os associados e o fortalecimento dos membros da Advocacia Pública Federal em todas as regiões do país.

Como parte da programação, a presidente fez uma visita especial ao associado Carlos Augusto Tostes de Macedo. *“Foi um gesto*

*de carinho, respeito e reconhecimento pela trajetória de muitos anos do procurador Carlos Augusto dedicada à Advocacia Pública”, disse.*

Ainda durante a agenda, Maria Santíssima foi recebida na sede da Procuradoria Federal do Espírito Santo, em Vitória, pela Procuradora-Chefe no estado, Telma Sueli Feitosa de Freitas. Ela foi acompanhada por Maria das Graças e Daiane Maria Oliveira Viana, representante adjunta da ANPPREV.

## AMBIENTE DE CONVIVÊNCIA

Mais do que reuniões técnicas e encontros formais, a presença da ANPPREV nos estados, valorizando seus associados de forma coletiva e individual, representa uma forma de respeito por todos os associados.

O relato da Thalita Lopes Motta, do Amazonas, que recebeu e forneceu todo apoio à ANPPREV, durante a visita da direção àquele estado, resume perfeitamente a importância de se respeitar e valorizar aqueles associados que deram suas vidas e carreiras em prol dos colegas.

*“Considero a iniciativa da ANPPREV louvável e importante. Sou associada há pouco tempo, mas observo que a associação, composta majoritariamente por pessoas idosas, promove a inclusão. A participação nas atividades, por vezes, beneficia a saúde mental, proporcionando um ambiente de convívio e rompendo com a rotina. Diante disso, avalio a iniciativa como extremamente positiva”, ponderou ela.*

Outro gesto de carinho e respeito pela história de seus associados ocorreu justamente no Amazonas, onde a presidente Maria Santíssima e a diretora de

Comunicação, Ana Dorinda Carballeda Adsuara, se reuniram com os associados, em um encontro marcado pelo diálogo e fortalecimento dos laços institucionais.



*Encontro com associados reforça vínculo associativo*

Durante a visita, as dirigentes da ANPPREV tiveram a honra de abraçar a associada de primeira hora, Ivone Chaves, que comemorava seu aniversário de 87 anos, em um gesto de reconhecimento à sua trajetória e contribuição para com a Advocacia Pública Federal e seus integrantes.

Do encontro, participou ainda a Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal no Estado, Regina Melo Cavalcanti.

## TRANSIÇÃO DE GESTÃO DA PRF4

No final de fevereiro, a ANPPREV participou de uma série de eventos em Porto Alegre (RS). Um deles foi a cerimônia de transição de gestão da Procuradoria Regional Federal da 4ª Região. O associado da ANPPREV, Melquizedek Santos Soares da Silva, transmitiu o cargo para Bianca de Freitas Mazur, também associada.

A entidade foi representada pelo dirigente estadual no Rio Grande do Sul, Eugênio Battesini, diretor adjunto da Escola Superior

da Advocacia-Geral da União (AGU) da 4<sup>a</sup> Região; pela representante estadual adjunta, Sandra Mara Saliba; e pela coordenadora dos representantes estaduais, Guilhermina Medeiros.

*“Tais eventos são fundamentais, eis que propiciam o contato da direção central com os colegas da base, além de promover uma maior integração entre os colegas da base”*, avaliou o Eugênio Batteni.

A presidente Maria Santíssima reuniu-se com associados do estado na capital gaúcha. A reunião teve a presença da nova Procuradora-Regional Bianca de Freitas Mazur, da diretora Ana Dorinda Adsuara, e dos representantes estaduais Eugênio Batteni e Sandra Mara Saliba, culminando num encontro com a associada Clea Carpi da Rocha.

Durante a ocasião, a ANPPREV promoveu o Seminário Regional em Porto Alegre. Idealizado pelo Centro de Estudos Jurídicos (CEJUD) da entidade, o evento discutiu: *“O Papel do Procurador Federal na Prevenção de litígios como contributo para efetivação das políticas públicas”*.

Participaram a procuradora-chefe da Procuradoria Federal no estado, Patrícia Carvalho da Cruz, o procurador-chefe da Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal do Pará (IFPA), Aldenor Bohadana, e o representante da ANPPREV no estado, José Maria dos Santos.

*“Esses encontros são de suma importância pois aproxima a ANPPREV dos associados nos estados, que se sente mais valorizados, bem-informados e seguros de que estão sendo bem representados. Ressalto que as visitas aos estados para fortalecer laços e valorizará os*

*associados é um cumprimento de promessa de campanha feito pela atual presidente durante o processo eleitoral anterior”*, pontuou José Maria dos Santos.

## UMA ATIVIDADE SALUTAR

A ANPPREV prestigiou, a sessão solene da PUC de São Paulo que concedeu o título de Professor Emérito a Wagner Balera, docente da Faculdade de Direito da instituição, associado e um dos fundadores da Associação. A entidade foi representada pela dirigente estadual em São Paulo, Cleci Gomes de Castro, e os associados Armando Luiz da Silva, Daniel Pulino, Eliana Lúcia Modesto Nicolau, Sandra Maria Hammen e Ionas Deda Gonçalves.

A presença da ANPPREV na solenidade foi o reconhecimento ao colega e associado da entidade por sua dedicação e contribuição no âmbito acadêmico.

*“Acho salutar a ANPPREV participar dessas atividades que prestigiam seus associados. A presença da Associação em todos os estados e as visitas de seus diretores nacionais valorizam os associados e oportuniza expor suas ações de caráter regionais”*, afirmou a representante estadual.

## PARCERIA

### CARTÃO BRB VISA DUX

Anuidade  
**ZERO** nos três  
primeiros meses!



- Concierge 24h à disposição
- Acesso ilimitado a salas VIP em aeroportos
- Vantagens em hotéis de luxo e muito mais!

**SAIBA MAIS: ANPPREV.ORG.BR**

# ANPPREV confere a Cid Saboia de Carvalho a Comenda Arnaldo Faria de Sá

Ex-senador, aliado dos procuradores e advogados públicos federais, desde a Constituinte, pela criação da AGU e sua regulamentação, quando relatou a Lei Complementar 73/93.

**A**ANPPREV, por meio da presidente Maria Santíssima Marques, da presidente de honra Meire Monteiro Mota e de suas representantes no Estado do Ceará, Maria do Carmo Macedo e Maria Vilma Barros, conferiu ao ex-senador, advogado, jurista, jornalista e radialista Cid Saboia de Carvalho a Comenda Arnaldo Faria de Sá. A entrega em Fortaleza (CE) e foi o reconhecimento dos procuradores e advogados públicos federais à contribuição dele pela criação da Advocacia Geral da União (AGU).

Senador da República durante a Assembleia Nacional Constituinte (1987/88), Cid Saboia de Carvalho contribuiu na redação do artigo 131 da Constituição Federal de 1988, que criou a Lei Orgânica da Advocacia Geral da União (AGU), e, cinco anos depois, em 1993, foi relator da Lei Complementar 73/93, que regulamentou a AGU.

A solenidade de entrega da comenda ocorreu na residência do ex-senador, com a presença de seus familiares e amigos, e foi marcada por muita emoção. *“Para nós, da ANPPREV, esse é o momento histórico mais importante da nossa vida. Primeiro pela pessoa, o senador, e sobretudo pelo trabalho brilhante que ele desenvolveu como senador constituinte, depois como relator do projeto de lei da Advocacia-Geral da União. Foi graças a ele que conseguimos que essa lei se fizesse realidade em 1993”*, afirmou a presidente Maria Santíssima Marques.



Ex-senador da República, Cid Saboia, é homenageado pela ANPPREV

A presidente de honra da ANPPREV, Meire Mota, também enfatizou o papel de Cid Saboia de Carvalho não apenas na configuração atual da advocacia pública: *“Ele teve um papel fundamental na configuração da advocacia brasileira, mas também do Judiciário e de instituições como a Defensoria Pública e o Ministério Público”*, destacou.

*“Cid Saboia de Carvalho teve importante ativismo, também junto aos colegas cearenses em Brasília, durante a Constituinte”*, afirmou Maria do Carmo Macedo. *“Os colegas receberam todo apoio do então senador, que foi o relator do projeto da Lei Complementar 73/93, que regulamentou a AGU”*, acrescentou a Maria Vilma Barros.

Ao agradecer a homenagem, Cid Carvalho pontuou: *“Eu fico com a responsabilidade muito acrescida, porque vocês aqui demonstram que eu tenho um prestígio ainda resultante da*

*Assembleia Nacional Constituinte*”, disse se referindo à presença das representantes da ANPPREV que foram lhe conferir a homenagem.

O jornalista e presidente da Academia Cearense de Literatura e Jornalismo (ACLJ), Reginaldo Vasconcelos, amigo de longa data de Cid Carvalho, resumiu a solenidade que homenageou o ex-senador: “*Um momento de felicidade, de testemunhar essa merecida homenagem da ANPPREV ao grande advogado, professor e jornalista, homem de notório saber*”.

## ENCONTRO COM ASSOCIADOS

Após a entrega da Comenda Arnaldo Faria de Sá ao ex-senador Cid Carvalho, a presidente da ANPPREV, Maria Santíssima Marques, acompanhada da presidente de honra Meire Mota e das representantes da Associação no Ceará, Maria do Carmo Macedo e Maria Vilma Barros, tiveram outro importante compromisso em Fortaleza. Foi o encontro de associadas e associados da ANPPREV que ocorreu na capital cearense, em um momento de confraternização e interação.

**Associado ANPPREV,  
confira os  
benefícios do**

**ASAclub**

**SAIBA MAIS EM: [ANPPREV.ORG.BR](http://ANPPREV.ORG.BR)**

**ANPPREV**  
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES  
E ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS

**A CASA DO  
PROCURADOR  
FEDERAL**

# Artigo vencedor do Concurso da Revista RASS de Seguridade Social destaca transparência e tecnologia como aliadas no combate às fraudes previdenciárias

A trajetória acadêmica e a atuação profissional foram o que motivaram o procurador federal da AGU, Rodrigo Dowsley, a escrever o artigo sobre a Transparência Ativa dos Benefícios Previdenciários: Oportunidade de combate às fraudes no contexto da Revolução 5.0. Sua carreira se desenvolve em torno de um propósito: fortalecer as instituições públicas por meio da informação aberta e do uso inteligente da tecnologia.

A inspiração para o artigo não surgiu de forma repentina. Segundo o procurador, a ideia amadureceu ao longo dos anos a partir de reflexões oriundas do período em que trabalhou na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (PFE-INSS), especialmente entre 2018 e 2019, quando integrou a Coordenação de Assuntos Estratégicos.

Durante esse período, ao enfrentar o desafio sob a perspectiva jurídica do combate às fraudes contra a Seguridade Social, a inquietação levou o procurador a estudar um parecer emitido pela AGU sobre o compartilhamento de informações sigilosas entre órgãos de controle. Foi então que Dowsley percebeu algo que parecia ser uma contradição acadêmica: *“Por que benefícios assistenciais e salários de servidores públicos são públicos, enquanto a folha de pagamento do INSS não é acessível de forma transparente?”*, questiona.



*Rodrigo Dowsley, procurador federal da Advocacia-Geral da União*

Movido por essa questão, e em decorrência de debates com gestores da Procuradoria na época, Rodrigo desenvolveu o embrião da ideia que defende no artigo: a possibilidade de publicação dos dados dos benefícios previdenciários no Portal da Transparência, resguardando, dessa forma, as informações sensíveis e pessoais.

## FORMAÇÃO E PRÁTICA

A experiência prática foi apenas o ponto de partida que se desdobrou em diferentes etapas. Em 2020, o procurador aprofundou o tema no curso de pós-graduação da Universidade de Salamanca e, posteriormente, consolidou a pesquisa durante o Mestrado em Administração Pública na Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizado em convênio com a Advocacia-Geral da União (AGU).

Para Rodrigo, o processo de reflexão é fruto de uma construção contínua entre a prática e a teoria. *“Foi um processo de reflexão e amadurecimento de mais de cinco anos. A redação final do artigo levou cerca de um mês, mas o conteúdo é fruto de uma construção contínua entre a prática e a teoria”*, relata.

## TRANSPARÊNCIA COMO FERRAMENTA CONTRA FRAUDES

Embora não tenha se baseado diretamente em um cenário específico, o artigo dialoga fortemente com contextos recorrentes de combate a fraudes, inclusive em benefícios previdenciários.

De acordo com o procurador, a transparência ativa é academicamente considerada um mecanismo eficiente para evitar casos de fraude e corrupção. Se as informações sobre pagamentos e descontos forem disponibilizadas de forma pública e transparente, órgãos de controle, imprensa e sociedade podem utilizar deste mecanismo, inclusive por meio de diversas ferramentas tecnológicas, para identificar padrões suspeitos com antecedência.

A reflexão reforça um ponto central do artigo: a opacidade é o terreno fértil das irregularidades, enquanto a transparência amplia o controle social e fortalece a democracia.

## REVOLUÇÃO 5.0 E O FUTURO DA FISCALIZAÇÃO

O artigo insere a Revolução 5.0 como uma revolução tecnológica capaz de auxiliar os servidores na fiscalização de fraudes. O procurador defende que a integração entre

transparência e inteligência artificial pode revolucionar o modo como o Estado combate fraudes previdenciárias.

A proposta acadêmica consolidada no artigo prevê a criação de uma base de dados aberta e estruturada sobre os benefícios previdenciários. A partir dela, algoritmos de machine learning seriam capazes de identificar padrões anômalos, cruzar informações e até prever riscos de fraude antes que ocorram.

*“Não se trata de substituir o servidor público, mas de potencializar seu trabalho. A tecnologia permite que o Estado atue de forma proativa, e não apenas reativa”*, explica o procurador.

## FUNDAMENTOS E REFERÊNCIAS

O estudo foi construído sobre quatro pilares principais: arcabouço jurídico-normativo, com base na Constituição Federal; na Lei de Acesso à Informação (LAI); na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD); em jurisprudências dos tribunais superiores, especialmente decisões do STF e do TCU; na literatura acadêmica sobre transparência, accountability e combate à corrupção; e em estudos tecnológicos sobre Revolução 5.0, Big Data e Inteligência Artificial.

Segundo o procurador federal, a força do artigo está na convergência entre o campo jurídico, o acadêmico e o tecnológico. *“A transparência previdenciária deve ser encarada, ao mesmo tempo, como um dever constitucional, uma exigência democrática e uma oportunidade tecnológica”*, resume.

## TRANSPARÊNCIA COMO INSTRUMENTO DE GOVERNANÇA

Mais do que defender a abertura de dados, o artigo convida à reflexão sobre o papel da

transparência como eixo central da boa governança pública. Ao unir experiência institucional e fundamentação acadêmica, Rodrigo Dowsley propõe, no artigo, um modelo em que a informação aberta e a tecnologia se tornam aliadas na proteção dos recursos da Previdência Social. “Quando o cidadão tem acesso à informação, o Estado se torna mais eficiente e mais justo”, conclui o procurador.

## REVISTA RASS DE SEGURIDADE SOCIAL

Para o procurador, o edital do concurso da Revista ANPPREV de Seguridade Social representou a oportunidade ideal para

transformar, em um artigo, anos de reflexão.

“Quando vi o edital do concurso da Revista ANPPREV de Seguridade Social (RASS), revista que já vinha acompanhando, por conta da qualidade dos artigos e do corpo técnico, percebi que era a oportunidade perfeita para consolidar esses anos de reflexão. Dediquei-me intensamente para revisitar as fontes, aprofundar ainda mais a pesquisa sobre a Revolução 5.0, que também já havia estudado no mestrado, e conectar todos os pontos, entregando a versão final. Acredito que esse processo levou pouco mais de um mês, já que entreguei o artigo na primeira metade do mês de abril deste ano”, explicou.

# Conheça a Revista ANPPREV de Seguridade Social

- ARTIGOS E PESQUISAS CIENTÍFICAS
- TEMAS RELEVANTES PARA OS ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS
- PREVIDÊNCIA SOCIAL
- ASSISTÊNCIA E DIREITO À SAÚDE
- ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- ECONOMIA
- CONTABILIDADE PÚBLICA E ATUÁRIA

**RASS**  
Revista ANPPREV de Seguridade Social

Acesse agora:



# ELEIÇÕES 2025



## Eleições 2025: associados elegem novas Diretorias da ANPPREV e do SINPROPREV para o triênio 2026/2029

**A**s eleições para a renovação do Conselho Executivo e do Conselho Fiscal da ANPPREV e da Diretoria Geral e do Conselho Fiscal do SINPROPREV foram realizadas no dia 1º de dezembro de 2025, consolidando um expressivo apoio dos associados às chapas apresentadas para o próximo triênio (2026/2029).

Na ANPPREV, a Chapa 01 – Somos Todos ANPPREV foi eleita para o Conselho Executivo com 82,86% dos votos válidos, enquanto a mesma chapa conquistou 100% dos votos válidos para o Conselho Fiscal, demonstrando ampla confiança dos associados na proposta de continuidade, fortalecimento institucional e atuação firme em defesa da Advocacia Pública Federal.

No SINPROPREV, a Chapa 01 – Somos Todos SINPROPREV também obteve votação expressiva. Para a Diretoria Geral, a chapa foi eleita com 82,88% dos votos válidos, e, para o Conselho Fiscal, alcançou 100% dos votos válidos, reforçando o reconhecimento ao processo de reestruturação, regularização e retomada do protagonismo sindical conduzido nos últimos anos.

### COMPOSIÇÃO DOS CHAPAS ELEITAS

#### ANPPREV – Conselho Fiscal

**Titulares:** Gustavo Castro Boia de Albuquerque | Djalmo Luiz Cardoso Tinoco | Luzia Cecília Costa Miranda  
**Suplentes:** Marisa Cassia Batista de Sá | Maria José Schmall Wolff | Alice Prudente de Oliveira

#### SINPROPREV – Conselho Fiscal

**Titulares:** Gustavo Castro Boia de Albuquerque | Djalmo Luiz Cardoso Tinoco | Luzia Cecília Costa Miranda  
**Suplentes:** Marisa Cassia Batista de Sá | Marcílio da Silva | Alice Prudente de Oliveira

### PROPOSTAS DAS CHAPAS ELEITAS

As propostas apresentadas pelas chapas destacam a continuidade dos avanços institucionais, o fortalecimento da representação associativa e sindical, a atuação permanente em favor dos advogados públicos federais, ativos, aposentados e pensionistas, além da ampliação da atuação junto à Advocacia-Geral da União, ao Conselho Curador dos Honorários Advocatícios, ao Congresso Nacional e aos Tribunais Superiores.

No âmbito da ANPPREV, o programa de gestão reafirma o compromisso com uma administração ética, transparente e participativa, com foco na valorização da carreira, na defesa dos honorários advocatícios, na ampliação do auxílio-saúde e no fortalecimento das representações estaduais.

Já no SINPROPREV, as propostas priorizam o fortalecimento da representação sindical, a estruturação do setor jurídico, a atuação firme nas mesas de negociação, a defesa do reajuste remuneratório, a valorização dos aposentados e a consolidação de um sindicato sólido, regularizado e independente.

**ANPPREV – Conselho Executivo (Triênio 2026/2029)****Presidência:** Aluizo Silva de Lucena**Vice-Presidência e Assuntos Institucionais:** Maria Santíssima Marques**2ª Vice-Presidência:**

Guilhermina Guilherme Medeiros (Titular) | Eni Terezinha Aragão Duarte (Suplente)

**Diretoria de Administração, Patrimônio e Eventos:**

Elaine Lustz Portela (Titular) | Silvia Cândida da Rocha Mesquita (Suplente)

**Diretoria de Orçamento e Finanças:**

Francisco Airton Bezerra Martins (Titular) | Elvis Gallera Garcia (Suplente)

**Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social:**

Odinea Ferreira Miranda (Titular) | Amélia Cristina Marques Caracas (Suplente)

**Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas:**

Maria Dolores Oenning Andrade (Titular) | Marina Brito Battilani (Suplente)

**Diretoria de Assuntos Jurídicos:**

José Eduardo Cruz Dias Lima (Titular) | José Weber Holanda Alves (Suplente)

**Diretoria de Prerrogativas e Integridade:**

Ana Dorinda Carballeda Adsuara (Titular) | Alan Lacerda de Souza (Suplente)

**Diretoria de Assuntos Legislativos:**

Luciana Hoff (Titular) | Vania Maria Bastos Faller (Suplente)

**Diretoria de Assuntos Estratégicos, Planejamento e Projetos:**

Kedma Iara Ferreira (Titular) | Miguel Cabrera Kauam (Suplente)

**SINPROPREV – Diretoria Geral (Triênio 2026/2029)****Presidência:** Aluizo Silva de Lucena**Vice-Presidência e Assuntos Institucionais:** Maria Santíssima Marques**2ª Vice-Presidência:**

Guilhermina Guilherme Medeiros (Titular) | Sérgio Bueno (Suplente)

**Diretoria de Administração, Patrimônio e Eventos:**

Elaine Lustz Portela (Titular) | Silvia Cândida da Rocha Mesquita (Suplente)

**Diretoria de Orçamento e Finanças:**

Francisco Airton Bezerra Martins (Titular) | Elvis Gallera Garcia (Suplente)

**Diretoria de Aposentados, Pensionistas e Serviço Social:**

Odinea Ferreira Miranda (Titular) | Amélia Cristina Marques Caracas (Suplente)

**Diretoria de Comunicação Institucional e Relações Públicas:**

Maria Dolores Oenning Andrade (Titular) | Marina Brito Battilani (Suplente)

**Diretoria de Assuntos Jurídicos:**

José Eduardo Cruz Dias Lima (Titular) | José Weber Holanda Alves (Suplente)

**Diretoria de Negociação e Assuntos Sindicais:**

Ana Dorinda Carballeda Adsuara (Titular) | Alan Lacerda de Souza (Suplente)

**Diretoria de Assuntos Legislativos:**

Luciana Hoff (Titular) | Vania Maria Bastos Faller (Suplente)

**Diretoria de Assuntos Estratégicos:** Kedma Iara Ferreira (Titular)



# Retrospectiva ANPPREV: entidade consolida avanços e projeta novas conquistas para os próximos anos

**Confira os destaques e relembre conquistas alcançadas ao longo da gestão 2022-2025.**

**E**m 2025, a ANPPREV caminhou um longo trajeto repleto de desafios, mas em direção a novas conquistas para o próximo ano. Com determinação e convergência de esforços, a Associação buscou traçar e alcançar objetivos de curto, médio e longo prazo na gestão 2022-2025. Entre os seus principais pleitos, encontram-se a atuação firme na correção dos valores dos honorários advocatícios e das cotas extraordinárias aos aposentados.

Com ações em prol dos direitos de todos os seus associados, a gestão obteve significativos avanços para a consolidação de uma entidade associativa pautada pela integridade, transparência e ética. Avançou de forma expressiva para a conquista do auxílio-saúde, do auxílio-alimentação, do resarcimento das anuidades da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB),

além do pagamento retroativo das cotas extraordinárias.

Com 33 anos de história, a ANPPREV reúne um arcabouço de conquistas institucionais e uma trajetória marcada pela defesa permanente dos direitos dos advogados públicos federais ativos, aposentados e pensionistas, e pelo diálogo contínuo com as três esferas do poder público, em busca incessante da justiça que reafirma a sua qualificação como voz legítima da Advocacia Pública Federal.

A Associação atuou fortemente tanto no âmbito legislativo quanto institucional, em vista de avanços concretos na construção de soluções que assegurassem o reconhecimento e a valorização da Advocacia Pública. Entre os principais

temas em evidência estão: a Reforma Administrativa; a PEC 06/2024 (PEC Social); a revisão da Lei Complementar 73/1993; a proposta de aprimoramento da Resolução nº 19/2025; o PLP 125/2022, entre outros.

Outro valor que a entidade preza e valoriza é o conhecimento. Ainda na gestão de Dra. Maria Santíssima, o Centro de Estudos Jurídicos Celso Barroso Leite, o CEJUD, foi reinaugurado. A sua retomada proporcionou a promoção de diversos eventos, seminários e encontros ao longo dos três anos de gestão, que estimularam o debate qualificado, a troca de experiência e conhecimento entre os advogados públicos federais.

Além disso, o CEJUD, dirigido pelo Procurador Federal Dr. Sebastião Faustino de Paula, deu início à Revista ANPPREV de Seguridade Social (RASS), coordenada pelo Procurador Federal Dr. Fábio Lucas de Albuquerque. O periódico aborda temas de relevância dentro da Advocacia Pública, como previdência social, assistência e direito à saúde.

Em 2025, a ANPPREV promoveu, por meio do CEJUD, o I Concurso de Artigos da RASS, cujo tema foi “Previdência Social e Políticas Públicas: desafios e oportunidades na Revolução 5.0”. Os três melhores artigos receberam prêmios em dinheiro. Um dos impactos do investimento e da atuação da entidade no campo do conhecimento foi a filiação, ao seu quadro associativo do Procurador Federal e vencedor do concurso, Rodrigo Bezerra Downsley.

Para além das conquistas voltadas para a área do conhecimento, um dos fatores que a entidade também preza é pelo fortalecimento da representatividade feminina na carreira. O ANPPREV por Elas, uma das prioridades da entidade, surgiu para ser um espaço voltado ao debate e à proposta de soluções para combater a desigualdade de gênero e mitigar a baixa representatividade de mulheres em cargos de chefia.

Dentro deste cenário, a ANPPREV celebra algumas conquistas alcançadas pela Advocacia Pública. Segundo levantamento da PGF, o protagonismo feminino é encontrado nos cargos de direção central e regionais. As mulheres ocupam a totalidade dos cargos de natureza especial e a maioria absoluta nas funções de liderança: 75% nas Subsecretarias e Coordenações-Gerais e 70% nas Diretorias e Departamentos. Os dados demonstram o avanço concreto da representatividade feminina.

Nessa caminhada a Associação fortalece a sua história, sempre orientada para alcançar conquistas que impactem positivamente os associados. Além disso, em meio ao enfrentamento de inúmeros desafios, por meio da construção de um diálogo claro e comprometido com a valorização da Advocacia Pública, a entidade tem construído um legado que deseja levar para os próximos anos, inclusive, na próxima gestão, cada vez mais comprometida em entregar resultados e obter avanços expressivos em relação aos direitos da categoria.

# Associe-se!

Aponte a câmera  
do seu celular e  
saiba mais!

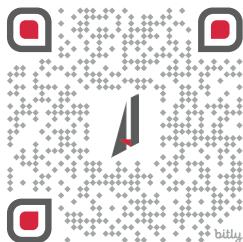




---

## A CASA DO PROCURADOR FEDERAL

Siga a **ANPPREV**  
nas rede sociais



### REMETENTE:

**Associação Nacional dos Procuradores e  
Advogados Públicos Federais - ANPPREV**

SAUS, Qd. 06, Bloco K, Ed. Belvedere, Grupo IV  
Brasília/DF - **CEP 70.070-915**

**61 3322-0170 / 0800 648 1038**